

A RESOLUÇÃO STIRNERIANA: O ÚNICO



Visando, pois, remeter à individualidade – fundamento último e intransponível – tudo o que dela foi expropriado e determinado de modo abstrato e transcendente, Stirner assume a tarefa de desmistificar todos os ideais, mostrando que nada são senão atributos do Eu. Ou seja, aqueles só podem ganhar existência se assentados sobre o indivíduo. Mas para tal o indivíduo tem de conquistar sua individualidade, recuperando sua corporeidade e sua força, para fazer valer sua unicidade.

Segundo Stirner, desde o fim da antiguidade, a liberdade tornou-se o ideal orientador da vida, convertendo-se na doutrina do cristianismo. Significando desligar-se, desfazer-se de algo, o desejo pela liberdade, como algo digno de qualquer esforço, obrigou os indivíduos a se despojarem de si

mesmos, de sua particularidade, de sua propriedade (eigenheit) individual.

Stirner não recusa a liberdade, pois é evidente que o indivíduo deva se desembaraçar do que se põe em seu caminho. Contudo, a liberdade é insuficiente, uma vez que o indivíduo não só anseia se desfazer do que não lhe apraz, mas também se apossar do que lhe dá prazer. Deseja não apenas ser livre, mas, sobretudo, ser proprietário. Portanto, exatamente por constituir o núcleo do desejo seja pela liberdade, seja pela entrega, o indivíduo deve se tomar por princípio e fim, libertar-se de tudo que não é si mesmo e apossar-se de sua individualidade.

Profundas são as diferenças entre liberdade e individualidade. Enquanto a liberdade exige o despojamento para que se possa alcançar algo futuro e além, a individualidade é o ser, a existência presente do indivíduo. Embora não possa ser livre de tudo, o indivíduo é si mesmo em todas as circunstâncias pois, mesmo entregue como servo a um senhor, pensa somente em si e em seu benefício. Com efeito, “seus golpes Me ferem: por isso, Eu não sou livre; contudo, Eu os suporto somente em meu proveito, talvez para enganá-lo através de uma paciência aparente e tranquilizá-lo, ou ainda para não contrariá-lo com Minha resistência. [...]. De modo que livrar-Me dele e de seu chicote é somente consequência de Meu egoísmo precedente” (Stirner, 1991: 174). Logo, a liberdade apenas adquire valor e conteúdo em função da individualidade, a qual afasta todos os obstáculos e põe as condições de possibilidade para a liberdade.

Stirner frisa que a individualidade (Eigenheit) não é uma ideia nem tem nenhum critério de medida estranho, mas encerra tudo que é próprio ao indivíduo. Esta individualidade, que diz respeito a cada indivíduo singular, afirma-se e se fortalece quanto mais pode manifestar o que lhe é próprio.

E exprimir-se como proprietário exige que o indivíduo não só

tenha a plena consciência dessa sua especificidade mas que, principalmente, exteriorize suas capacidades para se apropriar de tudo que sua vontade determinar. O indivíduo tanto mais se realiza e se mostra como tal quanto mais propriedades for capaz de acumular, pois a propriedade que se manifesta exteriormente reflete o que se é interiormente. Para que isto se dê, o indivíduo tem de se reapropriar dos atributos que lhe foram usurpados e consagrados como atributos de Deus e, depois, do Homem.

Stirner aponta que as tentativas da modernidade para tornar o espírito presente no mundo significam que estas perseguiram incessantemente a existência, a corporeidade, a personalidade, enfim, a efetividade. Mas observa que, centrada sobre Deus ou sobre o Humano, nunca se chegará à existência, dado que tanto Deus quanto o Homem não possuem dimensão concreta, mas ideal e “nenhuma ideia tem existência porque não é capaz de ter corporeidade” (Stirner, 1991: 408), atributo específico dos indivíduos. Logo, a primeira tarefa a que o indivíduo deve se lançar é recobrar sua concretude, perceber-se totalmente como carne e espírito, aceitando, sem remorsos, que não só seu espírito mas também seu corpo é ávido por tudo que satisfaça suas necessidades. Conquista-se, assim, a integralidade como subjetividade corpórea. Contudo, recuperar a corporeidade não significa que o indivíduo deva se entregar a ela, deixando-se dominar pelos apetites e inclinações sensíveis, uma vez que a sensibilidade não é a totalidade de sua individualidade. Ao contrário, a conquista da individualidade requer o domínio sobre o corpo e sobre o espírito.

Apropriando-se de sua concretude, de sua existencialidade, o indivíduo deve, por conseguinte, apropriar-se de sua humanidade. Conforme Stirner, o Homem como realização universal da ideia, isto é, como corporificação da ideia, representa a culminância do processo de abstração que permeou a modernidade. Admitindo a possibilidade de a essência poder estar separada da existência, o ser separado da aparência, o

indivíduo foi considerado inumano, o não-homem cuja missão é, precisamente, vir a ser homem. Assim, a humanidade assentou-se não sobre o Eu corpóreo, material, com seus pensamentos, resoluções, paixões, mas sobre o ser genérico Homem. De modo que o ser abstrato e indiferenciado tomou o lugar do ser real, particular, específico. No entanto, ser humano não é a determinação essencial do indivíduo.

O humano se realiza no ser homem, que “não significa preencher o ideal o homem, mas manifestar-se como indivíduo” (Stirner, 1991: 200), ou seja, manifestar-se como é e não manifestar aquilo que é. Com isso, a questão conceitual ‘o que é o homem?’ se transforma na questão pessoal ‘quem é o homem?’ Enquanto com o ‘que’ procura-se o conceito a fim de realizá-lo, com o ‘quem’ tem-se uma resposta que é dada de modo pessoal por aquele que interroga: a pergunta responde-se a si mesma (Stirner, 1991: 411/412).

Portanto, quem é o homem? É “o indivíduo, o finito, o Único” (Stirner, 1991: 271). O homem vale como universal; porém, “Eu e o egoísmo somos o verdadeiro universal, porque cada um é egoísta e se põe acima de tudo” (Stirner, 1991: 198).

A força do Eu stirneriano é a atualização de suas capacidades; através dela, o indivíduo objetiva a vontade que o move e expande sua propriedade. É o que especifica e distingue os indivíduos, que são o que são em função da quantidade de força que possuem. Todavia, no decorrer de séculos de cristianismo se perseguiu um modo de torná-los iguais enquanto ser e poder ser. Primeiramente, encontrou-se a igualdade no ser cristão que, todavia, ao excluir os não cristãos, deixava subsistir a diferença, pois só os seguidores dos preceitos divinos eram merecedores das dádivas de Deus. O poder ser se revelava, assim, um privilégio. Contra esse particularismo, lutou-se pela igualdade universal advinda da humanidade presente em cada indivíduo e, como homem, reclamou-se pelo que legitimamente, ou seja, por direito, cabe ao Homem. O direito, portanto, é uma concessão dada aos indivíduos em função de

estarem subordinados a uma potência, ela sim detentora da vontade soberana. Advindo de uma fonte externa, “todo direito existente é direito estranho” (Stirner, 1991: 204).

No entanto, segundo Stirner, fora do indivíduo não existe nenhum direito, pois “Tu tens direito ao que Tu tens força para ser” (Stirner, 1991: 207). Assim, quando o indivíduo é forte o suficiente para agir segundo sua vontade, está em seu direito e o realiza. Se o ato não se coaduna à vontade de um outro, este também está no direito de não aceitar e fazer prevalecer sua vontade, caso tenha a força para tal. De modo que a ação não necessita de nenhuma autorização, pois é a efetivação da vontade do indivíduo que se cifra em si mesmo.

E uma vez que a força é a medida do direito, os indivíduos tornam-se proprietários do que são capazes, capacidade que depende exclusivamente de sua força para se apoderar e de sua força para conservar a posse. Portanto, enquanto o direito “é uma obsessão concedida por um fantasma, a força sou Eu mesmo. Eu sou o poderoso e o proprietário da força. O direito está acima de Mim [...], é uma graça concedida por um juiz; a força e o poder existem somente em Mim, o forte e o poderoso” (Stirner, 1991: 230/231).

Ademais, a conquista da individualidade demanda a necessidade de reorganização das relações entre os indivíduos, dado que até então os indivíduos não puderam alçar a seu pleno desenvolvimento e valor, pois “não puderam ainda fundar suas sociedades sobre si próprios” cabendo-lhes tão somente “fundar ‘sociedades’ e viver em sociedade” (Stirner, 1991: 231/232), não como querem, mas de acordo com interesses gerais, que visam apenas ao bem comum. Em consequência, o modo de existência dos indivíduos é determinado exteriormente pela forma da sociedade, através das leis e regras de convivência, de modo que estes não se relacionam diretamente, mas pela mediação da sociedade. Os indivíduos devem tomar consciência do impulso que os leva a estabelecer um intercâmbio com os outros.

Segundo Stirner, as relações interindividuais se resumem ao fato de que “Tu és para mim apenas meu alimento, mesmo se Eu também sou utilizado e consumido por Ti. Nós temos entre Nós apenas uma relação, a relação de utilidade, do pôr-se em valor e em vantagem” (Stirner, 1991: 331). De modo, que para assenhorear-se de suas relações e estabelecê-las de acordo com seus interesses, é imprescindível romper com as formas instituídas de sociedade, que têm em vista, todas, restringir a singularidade dos indivíduos. A dissolução da sociedade se dará com a associação dos egoístas, uma “reunião continuamente fluida de todos os elementos existentes” (Stirner, 1991: 246), na medida em que se forma a partir da volição dos indivíduos que, liberta dos constrangimentos sociais, ganha livre curso.

O que caracteriza esta associação é o fato de os indivíduos se relacionarem sem contudo um limitar o outro, porque não se encontram ligados por nenhum vínculo extrínseco, ou, nos termos de Stirner, porque “nenhum laço natural ou espiritual faz a associação; ela não é nem uma união natural, nem espiritual” (Stirner, 1991: 349). Na associação, as relações entre os indivíduos se dão sem intermediação alguma, o que os permite unirem-se aos outros exclusivamente por seus interesses pessoais. Visto que “Ninguém é, para Mim, uma pessoa respeitável, tampouco meu semelhante, mas meramente, como qualquer outro ser, um objeto pelo qual Eu tenho ou não simpatia, um objeto interessante ou não, um sujeito útil ou inútil” (Stirner, 1991: 349), se Eu posso utilizá-lo, Eu me entendo e Me ponho de acordo com ele e, por este acordo, intensifico minha força e através dessa força comum faço mais do que isolado poderia fazer. Neste interesse comum, Eu não vejo absolutamente nada de outro senão uma multiplicação de minha força e Eu o mantenho apenas enquanto ele é a multiplicação de minha força (Stirner, 1991: 349).

Existindo apenas em função de interesses, os indivíduos são livres para participarem de quantas associações desejarem, bem como para delas se desligarem de acordo com sua conveniência.

Transformando as relações sociais em relações pessoais, os egoístas podem fruir o mundo, conquistando-o como sua propriedade.

Stirner supunha estar “no limiar de uma época” (Stirner, 1991: 355), em cuja entrada estaria inscrita não mais a “fórmula apolínea ‘Conheça-Te a Ti mesmo’, /.../ mas ‘Valoriza-Te a Ti mesmo!’ ” (Stirner, 1991: 353).

Os indivíduos vivem preocupados e oprimidos pela tensão em conquistar a vida, seja a vida celeste, seja a vida terrena, o que os impede de “desfrutar a vida” (Stirner, 1991: 358). Por isso, conclama-os para o gozo da vida, que consiste em usá-la “como se usa a lâmpada, fazendo-a arder. Utiliza-se a vida e, por consequência, a si mesmo, vivendo-a; consumindo-a e se consumindo. Gozar a vida é utilizá-la” (Stirner, 1991: 358/359).

Segundo ele, “Nós somos Todos perfeitos! Nós somos, a cada momento, tudo o que podemos ser e não precisamos jamais ser mais do que somos” (Stirner, 1991: 404). Por isso, um homem não é ‘chamado’ a nada, não tem ‘tarefa’ nem ‘destinação’, tanto quanto uma flor ou um animal não têm nenhuma ‘missão’. A flor não obedece à missão de se perfazer, mas ela emprega todas as suas forças para usufruir o melhor que pode do mundo e consumi-lo; ela absorve tanta seiva da terra, ar da atmosfera e luz do sol quanto pode receber e armazenar. O pássaro não vive segundo uma missão, mas emprega suas forças o quanto pode [...]. Em comparação com as de um homem, as forças de uma flor ou de um pássaro são mínimas, e o homem que empregar as suas forças capturará o mundo de modo muito mais potente que aqueles. Ele não tem missão, mas forças que se manifestam lá onde elas estão, porque seu ser não tem existência senão em sua manifestação [...]. (Stirner, 1991: 366).

O indivíduo se afasta de seu gozo pessoal quando crê dever servir a algo alheio. Servindo apenas a si torna-se “não apenas de fato [...], mas também por (sua) consciência, o

único". (Stirner, 1991: 405). No "único, o proprietário retorna ao Nada criador do qual nasceu" (Stirner, 1991: 412) porque a designação único é tão somente um nome, uma designação genérica que indica o irreduzível de toda individualidade, cujo conteúdo e determinação são específicos e postos por cada indivíduo, já que não há algo que os pré-determine.

O egoísmo, no sentido stirneriano do termo, refere-se, por um lado, ao fato de que cada indivíduo vive em um mundo que é seu, que está em relação a ele, que é o que é para ele, motivo pelo qual sente, vê, pensa tudo a partir de si. Por outro lado, diz respeito tanto às pulsões e determinações que compõem a esfera exclusiva do indivíduo, quanto ao amor, à dedicação, à preocupação que cada individualidade nutre por si. O homem, na ótica de Stirner é ego. Porém, o fato de constituírem eus não torna os indivíduos iguais, uma vez que a condição de possibilidade de ser não se deve ao fato de serem todos egoístas, mas em terem força para expandir seu egoísmo. Daí, cada eu ser único e sua individualidade constituir a única realidade a partir da qual se põem suas possibilidades efetivas. Não se pautando por nenhum critério exterior, o único não se deixa determinar por nada, a não ser pela consciência de sua autonomia como indivíduo dotado de vontade e força, razão pela qual é livre para desejar e se apossar de tudo o que lhe apraz através de sua potência única. É um ser ávido, movido pela única força capaz de torná-lo si mesmo: o egoísmo. É, enfim, o indivíduo que se põe como centro do mundo e prefere a si, acima de todas as coisas; que orienta suas ações, estabelece suas relações com os outros e dissipa sua existência visando somente a um fim: satisfazer a si mesmo.